



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
CURSO GESTÃO HUMANIZADA DE GABINETES E PESSOAS

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargadora Cristina Tereza Gaulia Mandato do Diretor: 05/02/2021 a 05/02/2023		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	De 16 de maio a 14 de junho de 2022		
DATA E HORÁRIO	Dias 20, 24 e 27 de junho e 01 de julho, das 9:00h às 13:00h.		
TIPO DE ATIVIDADE (Res. 11/2020 ENFAM)	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas PRESENCIAL: 18 horas AVA: 2 horas
MODALIDADE	SEMIPRESENCIAL	Nº DE VAGAS	30
LOCAL	EMERJ e Plataforma Moodle		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Contexto social e político da gestão de pessoas no Poder Judiciário; cultura organizacional e os desafios e possibilidades para a mudança; o papel dos gestores nesse processo e as políticas e práticas de gestão de pessoas; gestão e liderança; a evolução do conceito de liderança; o líder e sua equipe; liderança por credibilidade; liderança refinada vs. Liderança servidora; gestão por competências e suas variadas dimensões; motivação e liderança; delegação (autoridade e responsabilidade) e <i>Empowerment</i> ; gerenciamento de grupos com a problematização de “Quando Delegar?”.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas em Gestão de Processos e Jurisdição; Relacionamento Institucional e Interpessoal; Empatia e Comunicação; Temas em Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional: (Resolução 32/2014, do OE/TJRJ, que estabeleceu a Política de Gestão de Pessoas no PJRJ; Resolução 240/2016 do CNJ, que estabeleceu a Política Nacional de Gestão de Pessoas no Poder Judiciário Nacional; Resolução 207/2015 do CNJ, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário) Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado:		

	Direitos Humanos, Gênero, Racismo e Diversidade; Agenda 2030, temas de Cooperação Internacional; Temas em Ciências Sociais e Políticas; Democracia; Posicionamento Político
JUSTIFICATIVA	<p>No nível do indivíduo, percebe-se que as relações intersubjetivas da sociedade no mundo contemporâneo, em especial no mundo do trabalho, estão a exigir cada vez mais capacidade de gestão daqueles que lidam com equipes em todos os níveis da administração pública ou privada.</p> <p>No trato das questões rotineiras do ambiente de trabalho invariavelmente lidamos com disciplinas afetas a temas multidisciplinares, tais como filosofia, ética, sociologia, psicologia, difusão da cultura, técnicas de conciliação como busca da paz social, recursos da informação, relações interpessoais e interinstitucionais, bem como administração judiciária em nosso contexto principal.</p> <p>No geral, as relações interpessoais no ambiente de trabalho das serventias judiciais são revestidas de tensões decorrentes das exigências de cumprimento de metas e resultados.</p> <p>Por outro lado, no nível organizacional, percebe-se que a gestão profissional de pessoas é um ponto crítico para o sucesso de qualquer Instituição. Na esfera pública e, recentemente no Poder Judiciário, vem se tornando um tema recorrente e de grande importância, ganhando atenção especial a partir da edição de várias normativas, como: 1) Acórdão 3.023/2013-TCU-Plenário (TC 022.577/2012-2), primeiro levantamento de informações sobre governança de pessoas na Administração Pública e sua última atualização, o Acórdão 0358-07/17-P. 2) Resolução 32/2014, do OE/TJRJ, que estabeleceu a Política de Gestão de Pessoas no PJRJ; 3) Resolução 240/2016 do CNJ, que estabeleceu a Política Nacional de Gestão de Pessoas no Poder Judiciário Nacional.</p> <p>Ocorre que toda política de gestão de pessoas ou as ferramentas por ela disponibilizadas ganham vida por meio da atuação diária das lideranças da Organização. Nesse sentido, é de imensa relevância para o sucesso dessa tentativa de profissionalizar a gestão de pessoas no Poder Judiciário, que os profissionais em atuação tenham conhecimento sobre essa nova estratégia e as orientações nela presentes, de maneira que possam refletir no exercício diário da gestão de pessoas as diretrizes da política formalizada.</p> <p>Assim, objetivamos com a metodologia ora proposta desenvolver capacidades de facilitar essas relações cotidianas, humanizando o ambiente de trabalho e auxiliando uma gestão estratégica de pessoas no PJRJ.</p> <p>Pretende-se incentivar o desenvolvimento do autocontrole diante de situações provocativas, apresentar técnicas de comunicação eficiente e proativa e métodos organizacionais para adoção de protocolos de atendimento e tratamento de crises.</p> <p>Com essa capacitação, os conflitos e nível de tensão na rotina de trabalho deverá ser reduzida gerando maior satisfação à equipe e melhor produtividade.</p>

OBJETIVO GERAL	<p>Os magistrados, ao término do curso, estarão aptos a utilizar os instrumentos teóricos e práticos da gestão de pessoas para auxiliá-lo nas atividades que desempenha, na função de juiz, como gestor de pessoas e equipes, melhorando as relações intersubjetivas entre si, serventuários, advogados, jurisdicionados e demais atores do processamento judicial.</p>
<p align="center">DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE</p>	
COORDENAÇÃO E TUTORIA	<p>Coordenadores:</p> <p>Sérgio Roberto Emílio Louzada Magistrado do TJRJ, Tutor EAD e Formador de Formadores nível 2 pela ENFAM. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/4757652020809140</p> <p>Raquel Santos Pereira Chrispino Juíza de direito no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro desde 1997, sendo titular da Primeira Vara de Família de São João de Meriti. Professora da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário/CNJ. Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1992) e título de Mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro em Teorias Jurídicas Contemporâneas com a pesquisa: “Sub-registro e indocumentados no Brasil: a exclusão documental vista a partir da (des)organização do Estado”. Tem experiência na área de Direitos Humanos, Registro Civil e Direito a Identificação e acesso a documentação básica, atuando principalmente nos seguintes temas: Registro Civil, Direito de Família, Mediação de Conflitos e Políticas Públicas em Primeira Infância. Coordena as ações do projeto de Erradicação do Sub-registro do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e representa o Poder Judiciário no Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-registro e Acesso a Documentação Básica. Atua na política de diminuição de sub-identificação das pessoas privadas de liberdade e no acesso ao trabalho formal a pessoas vulneráveis. Atua, ainda, na estruturação da Política Judiciária de apoio às Varas da Infância e Juventude do Rio de Janeiro, com ênfase na área da Primeira Infância e cuidado dos filhos de pessoas privadas de liberdade. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/2975995439011682</p>
DOCENTES AULAS PRESENCIAIS	<p>Sérgio Roberto Emílio Louzada Magistrado do TJRJ, Tutor EAD e Formador de Formadores nível 2 pela ENFAM. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/4757652020809140</p> <p>Raquel Santos Pereira Chrispino Juíza de direito no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro desde 1997, sendo titular da Primeira Vara de Família de São João de Meriti. Professora da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário/CNJ. Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1992) e título de Mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro em Teorias Jurídicas Contemporâneas com a pesquisa: “Sub-registro e indocumentados no Brasil: a exclusão documental vista a partir da (des)organização do Estado”. Tem experiência na área de Direitos Humanos, Registro Civil e Direito a Identificação e acesso a documentação básica, atuando principalmente nos seguintes temas: Registro Civil,</p>

	<p>Direito de Família, Mediação de Conflitos e Políticas Públicas em Primeira Infância. Coordena as ações do projeto de Erradicação do Sub-registro do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e representa o Poder Judiciário no Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-registro e Acesso a Documentação Básica. Atua na política de diminuição de sub-identificação das pessoas privadas de liberdade e no acesso ao trabalho formal a pessoas vulneráveis. Atua, ainda, na estruturação da Política Judiciária de apoio às Varas da Infância e Juventude do Rio de Janeiro, com ênfase na área da Primeira Infância e cuidado dos filhos de pessoas privadas de liberdade. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/2975995439011682</p> <p>Ana Paula Sardinha Borges Servidora no PJERJ desde 1997; Tutora EAD e Instrutora na ESAJ desde 2005; Bacharel em Ciências Sociais, 2006 (UFF); Pós-Graduada em Gestão de Pessoas, 2009 (UFF); Pós-Graduada em Gestão de Projetos, 2012 (UCM); Pós-Graduada em Adm. Pública, com enfoque no Judiciário, 2016 (ESAJ), com experiência profissional em projetos institucionais para implantação de políticas e práticas para a Gestão Estratégica de Pessoas; Gestão de Pessoas por Competências; Gestão de Projetos; Planejamento Estratégico; Sistemas de Gestão da Qualidade, Desenvolvimento Institucional e Licitações e Contratos Administrativos. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6236309734977189</p> <p>Gabriel Henrique Collaço Especialista pela PUC/SP. Professor, Assessor Pedagógico e Coordenador de EaD da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina. Formador da Enfam. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6281393729934059</p> <p>Ivany Terezinha Rocha De Yparraguirre Médica, Diretora da Divisão Integrada de Saúde (DISAU) do Departamento de Saúde (DESAU) da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGPEs), Membro da Comissão de Gestão Sustentável de Políticas (COSUS) do TJRJ, instrutora da Escola de Administração Judicial (ESAJ) e Doutoranda do Programa de Sistemas de Gestão Sustentáveis do Laboratório de Tecnologia (LATEC) da Universidade Federal Fluminense (UFF) na área de ergonomia da atividade. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/1571188242058819</p> <p>Amelia Cristina Dominguez Alvarez Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e do Trabalho, lotada no Serviço de Saúde Ocupacional do DESAU, na atuação em projetos e programas de QVT e Saúde Mental no Trabalho; Membro da Comissão de Gestão Sustentável de Políticas (COSUS) do TJRJ Instrutora da Escola de Administração Judiciária (ESAJ). Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6038772926020510</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>A proposta metodológica do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar.</p> <p>A escolha pedagógica é a abordagem complexa, teórico-prática, híbrida, com aplicação da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), onde a vivência diária da gestão de pessoas nas unidades organizacionais será o ponto de partida para as exposições dialogadas.</p> <p>Paulatinamente, ao longo dos encontros presenciais e do contato do grupo com os materiais disponibilizados no ambiente AVA, ampliaremos a visão sistêmica sobre o</p>

	<p>tema, conduzindo uma construção coletiva em torno de uma abordagem não-simplista da gestão de pessoas, enfrentando a complexidade do tema e as inúmeras variáveis que influenciam a implantação de uma gestão estratégica de pessoas e, em especial a atuação do líder em organizações complexas, como o PJ.</p> <p>Assim, o processo de aprendizagem ocorrerá com o protagonismo do magistrado-aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas do seu dia a dia na gestão dos profissionais do PJRJ sob sua coordenação, estimulando novas formas de agir.</p> <p>Em resumo, os formandos utilizarão suas experiências e conhecimentos - a partir de uma avaliação diagnóstica - em atividades teórico-práticas para melhor compreender, aprofundar e concretizar sua atuação em novas práticas. Para isso, o aprofundamento teórico será realizado por meio do uso de metodologias ativas, como o estudo de casos concretos, simulações, aulas dialogadas, dramatização, estudo de meio e demais estratégias educacionais.</p>
PROGRAMAÇÃO	
<p>Aula 1 Dia: 20 de junho Hora: 9h às 13h</p> <p>Carga horária: 4 horas presencial</p>	<p>TEMA DA AULA: O contexto da gestão de pessoas no PJ e o papel das lideranças no processo de mudança cultural.</p> <p>Ementa: Cultura organizacional, Gestão de Pessoas, políticas e práticas de Gestão de Pessoas; o papel das lideranças nesse novo contexto de mundo.</p> <p>Conteúdo programático: Contexto social e político da gestão de pessoas no Poder Judiciário; cultura organizacional e os desafios e possibilidades para a mudança; o papel dos gestores nesse processo e as políticas e práticas de gestão de pessoas.</p> <p>Docente(s): Sérgio Roberto Emílio Louzada; Raquel Santos Pereira Chrispino; Ana Paula Sardinha Borges.</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Expositiva-dialogada, com uso de metodologia ativa.</p> <p>Material de apoio: Mesas e cadeiras soltas Quadro branco Flipchart Datashow Papel cartão e canetinhas</p>
<p>Aula 2 Dia: 24 de junho Hora: 9h às 13h</p>	<p>TEMA DA AULA: Liderança e Autoliderança como fatores-chave na gestão de pessoas e o impacto das políticas e práticas organizacionais na atuação diária.</p> <p>Ementa: Poder e Autoridade, estratégias e estilos de liderança, Gestão por Competências e os demais subsistemas dos modelos de gestão de pessoas em organizações complexas.</p>

<p>Carga horária: 4 horas presencial</p>	<p>Conteúdo programático: Evolução do conceito de Liderança; O líder e sua equipe – Liderança por credibilidade; Liderança refinada vs. Liderança servidora, Gestão de conflitos e feedback (Objetivos, tipos, barreiras), o papel dos modelos de Gestão de Pessoas e seus subsistemas.</p> <p>Docente(s): Sérgio Roberto Emílio Louzada; Raquel Santos Pereira Chrispino; Ana Paula Sardinha Borges.</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Expositiva-dialogada, com uso de metodologia ativa.</p> <p>Material de apoio: Mesas e cadeiras soltas Quadro branco Flipchart Datashow Papel cartão e canetinhas</p>
<p>Aula 3 Dia: 27 de junho Hora: 9h às 13h</p> <p>Carga horária: 4 horas presencial</p>	<p>TEMA DA AULA: Comunicação, percepção e motivação: conceitos básicos em GP para estabelecer estratégias com foco no desenvolvimento das equipes.</p> <p>Ementa: Dimensões do indivíduo – Comunicação, Motivação, Desenvolvimento de Equipes.</p> <p>Conteúdo programático: Teoria da motivação; A lógica da (in)subordinação, Delegação e Empowerment; Dinâmicas de liderança; Delegação (autoridade e responsabilidade) e <i>Empowerment</i> – Gerenciamento de Grupos com a problematização de “Quando Delegar?”.</p> <p>Docente(s): Sérgio Roberto Emílio Louzada; Raquel Santos Pereira Chrispino; Ana Paula Sardinha Borges; Gabriel Henrique Collaço.</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Expositiva-dialogada, com uso de metodologia ativa.</p> <p>Material de apoio: Mesas e cadeiras soltas Quadro branco Flipchart Datashow Papel cartão e canetinhas</p>
<p>Aula 4 Dia: 01 de julho Hora: 9h às 13h</p> <p>Carga horária: 4 horas presencial</p>	<p>TEMA DA AULA: Atenção à saúde e bem-estar como estratégia de gestão de pessoas no contexto do PJERJ.</p> <p>Ementa: Saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho; processos de adoecimento X estratégias protetivas no ambiente de trabalho; contexto do trabalho contemporâneo.</p> <p>Conteúdo programático (até 3 linhas)</p>

	<p>Contextualização da atenção à saúde e bem-estar no contexto do TJRJ; o mundo do trabalho transformado pela contemporaneidade; o duplo desafio enfrentado pelos(as) magistrados(as) no dia-a-dia laboral: a simultaneidade dos papéis de trabalhador e gestor.</p> <p>Docente(s): Dra. Ivany Yparraguirre e Amelia Cristina Alvarez</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Expositiva-dialogada, com uso de metodologia ativa.</p> <p>Material de apoio: Mesas e cadeiras soltas Quadro branco Flipchart Datashow Papel cartão e canetinhas</p>
<p>Atividades no AVA</p> <p>De 20 de junho a 01 de julho</p> <p>Carga horária: 2 horas</p>	<p>Aula 1: Material no AVA: Leitura obrigatória: https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/6b41401656c38ab28333be01ac84c90b.pdf https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2011/03/ementas-adm-judiciaria-atuais.pdf</p> <p><i>Acessar a página abaixo e percorrê-la até os relatórios dos Censos realizados e demais pesquisas relacionadas à percepção e saúde, em especial, a que trata da Opinião de Magistrados do 1º Grau (2016) – pag41 (“O que pensam os magistrados sobre a política de gestão de pessoas para o 1º grau?”)</i> https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/ https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2016/06/0a57dba47c68ec0626a14426ba3f927e.pdf</p> <p>Leitura complementar de aprofundamento: BACELLAR, Roberto Portugal. NOÇÕES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA E GESTÃO DE PESSOAS. COVEY, Stephen R. Os 7 hábitos das pessoas altamente eficazes. São Paulo: Best Seller, 2001. RUSSO, Andréa Rezende. Uma moderna gestão de pessoas no Poder Judiciário. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2009. WIEDEMANN NETO, NEY. Gestão de Gabinetes de Magistrados nas Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2010. HUNTER, James C. Como se tornar um líder servidor. Rio de Janeiro: Sextante, 2006. Empowerment. The Academy of Management Journal. Vol. 39, No. 2 (Apr., 1996), pp. 483-504. (article consists of 22 pages) Published by: Academy of Management Stable URL: http://www.jstor.org/stable/256789. Acesso em: 03.mai.2011</p> <p>Aula 2: Material no AVA:</p>

Leitura obrigatória:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4160/1/Estrategias%20para%20desenvolvimento%20de%20pessoas.pdf> (Páginas 15-18 e 21-46)

http://www.cefospe.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=30580954&folderId=61591351&name=DLFE-465809.pdf

<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/7084/2/EstudoHistoricoENAP.pdf>

Leitura complementar de aprofundamento:

GRANGEIA, Marcos Alaor D. A crise de gestão do poder judiciário: O problema, as consequências e os possíveis caminhos para a solução. Disponível em:http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/download.wsp?tmp.arquivo=2099
Acesso em: 03.jun.2011.

LE BOTERF, Guy. La Gestion por Competencias : de que se trata? » Dirección del Servicio civil, Santiago de Chile, 2005. Disponível em:
<http://www.guyleboterfconseil.com/Nueva%20concepcion%20gestion%20publica.pdf>.
Acesso em: 11.jul.2011.

RUAS, Roberto. GHEDINE, Tatiana. DUTRA, Joel Souza. BECKER, Graça Vieira. DIAS, Gisele Becker. O Conceito de Competência de A a Z – análise e revisão nas principais publicações nacionais entre 2000 e 2004. . Disponível em:
http://www.growthconsultoria.com.br/valeapena/downloads/oconceito_competencias_az.pdf. Acesso em: 11.jul.2011.

FLEURY, Afonso. FLEURY, Maria Tereza Leme. Construindo o Conceito de Competência. RAC, Edição Especial 2001: 183-196. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf> . Acesso em: 11.jul.2011.

Aula 3:

Material no AVA:

Leitura obrigatória:

https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/11771/1/GISELE_PAULA_PIERDONA_LOCATELLI-%5b49060-11299-5-743723%5dARTIGO.pdf

<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/806/951/8453-1?inline=1>

Leitura complementar de aprofundamento:

DAVEL, Eduardo. ; VERGARA, Sylvia Constant (Organizadores). Gestão com pessoas e subjetividade. São Paulo: Atlas, 2001.

HUNTER, James C. Como se tornar um líder servidor. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

KATZENBACH, Jon R. Desempenho máximo. São Paulo: Negócio Editora, 2002.

VALENÇA, Antônio Carlos. Ética Profissional. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

Aula 4:

Material no AVA:

Leituras obrigatórias:

https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_68_1591803163.pdf

http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0020_0208_01.pdf

CHECVITARESE, Leandro. "Uma análise da Sociedade do Cansaço". Junho/2019.
Disponível em: <https://youtu.be/v2u0cUzagJ4>

KARNAL, Leandro. "Sociedade do cansaço e a narrativa alheia". Setembro/2019.
Disponível em: <https://youtu.be/ljQYBuM8728>

Trechos compilados dos artigos sugeridos:

1 – Clot, Y. A contribuição da psicotécnica à ergonomia é o conhecimento da população de trabalhadores e não dos indivíduos – Fractal: Revista de Psicologia, v.22 – n.1, p. 207-234, Jan/Abr. 2010.

"Para Wisner, há uma coincidência entre saúde e atividade porque *atividade* é sentir-se ativo e isso não é a mesma coisa que fazer algo. Sentir-se ativo é sentir-se sujeito em um meio, de uma organização, e não simplesmente objeto de uma organização. Ele admira a capacidade dos trabalhadores de transformar a situação mal vivida, em situação que ele domina. O sujeito humano, assim, nunca pode ser comparado a um sistema de computador. Ele não é um sujeito de tratamento da informação, mas um sujeito social, vivo, ativo, que trata de resolver situações impossíveis nas quais ele é colocado.

Quando digo cuidar do trabalho, em francês, tem um duplo sentido: transformar o trabalho, mas também fazer um bom trabalho e é a qualidade do trabalho bem feito que é uma fonte de saúde. É importante que a organização do trabalho apreenda no vivo que os trabalhadores são seres humanos responsáveis por aquilo que fazem".

2 - Daniellou F. A ergonomia em busca de seus princípios - debates epistemológicos. Trad.de MIS Betiol. São Paulo: Edgard Blücher; 2004.

"Na sua atividade de trabalho, homens e mulheres tecem".

"A trama seria os processos técnicos, as propriedades da matéria, os instrumentos, os clientes, as políticas econômicas, as regras formais, o controle das pessoas, entre outros. A urdidura seria a própria história dos indivíduos, o corpo que aprende e envelhece, o pertencimento a grupos sociais que fornecem valores, saberes, regras, projetos, angústias, entre outros. A trama seria o lado visível do trabalho e a urdidura, o menos visível ou invisível. A dialética do entrecruzamento entre o visível e o invisível, o global e o local, é permeada por debates de normas e valores que geram situações de trabalho relativamente previsíveis e ao mesmo tempo novas e inéditas, pois toda atividade humana integra uma dimensão de transformação".

ATIVIDADE PRÉVIA:

Após assistir e analisar o material fornecido, você deve responder em aula à seguinte questão norteadora: Em que medida o material analisado lhe suscita alguma questão relacionada com seu trabalho como magistrado/gestor no PJ?

Atividades complementares sugeridas

INSTITUTO FELICIDADE. Documentário "Manifesto 22". Entre a Utopia e a Distopia, novembro/2021. Disponível em: <https://youtu.be/T7r0m1YwK9A>

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1987.

Leitura complementar de aprofundamento:

	<p>GRANGEIA, Marcos Alaor D. A crise de gestão do poder judiciário: O problema, as consequências e os possíveis caminhos para a solução. Disponível em:http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/download.wsp?tmp.arquivo=2099 Acesso em: 03.jun.2011.</p> <p>LE BOTERF. Guy. La Gestion por Competencias : de que se trata? » Dirección del Servicio civil, Santiago de Chile, 2005. Disponível em: http://www.guyleboterfconseil.com/Nueva%20concepcion%20gestion%20publica.pdf. Acesso em: 11.jul.2011.</p> <p>RUAS, Roberto. GHEDINE, Tatiana. DUTRA, Joel Souza. BECKER, Graça Vieira. DIAS, Gisele Becker. O Conceito de Competência de A a Z – análise e revisão nas principais publicações nacionais entre 2000 e 2004. . Disponível em: http://www.growthconsultoria.com.br/valeapena/downloads/oconceito_competencias_az.pdf. Acesso em: 11.jul.2011.</p> <p>FLEURY, Afonso. FLEURY, Maria Tereza Leme. Construindo o Conceito de Competência. RAC, Edição Especial 2001: 183-196. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf . Acesso em: 11.jul.2011.</p>
<p>Módulo de Avaliação final no AVA Dia: 01 de julho Carga horária: 2 horas</p>	<p>Avaliação final Registro Reflexivo Avaliação de Reação Avaliação das aulas</p>
<p>AVALIAÇÃO Total 100 pontos</p>	<p>Presença e Participação ativa nas atividades avaliativas nas aulas: 80 pontos (20 pontos por aula)</p> <p>Avaliação final: Estudo de caso: 20 pontos</p>
<p>CERTIFICAÇÃO</p>	<p>Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais

de suporte ao cursista também estão lá informados. Nos cursos na modalidade presencial o AVA será utilizado como repositório dos materiais complementares e para a avaliação final e de reação.

3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES (cursos em EaD):** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nas aulas presenciais, e nos cursos em EaD: nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo das aulas/módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela frequência nos cursos presenciais (75%) e pela realização das atividades propostas ao longo do curso (nos cursos em EaD), devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br